



# ORÇAMENTO DO ESTADO

ESTABILIDADE | CONFIANÇA | COMPROMISSO

**NOTA EXPLICATIVA**

**MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS**



**ORÇAMENTO  
DO ESTADO**

© MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Largo do Rilvas  
1399-030 LISBOA

## ÍNDICE

- 1. Introdução**
- 2. As prioridades da representação externa de Portugal**
  - 2.1 Política europeia**
  - 2.2 Multilateralismo**
  - 2.3 Relações Bilaterais**
  - 2.4 Cooperação**
  - 2.5 Internacionalização da língua, da cultura e da ciência portuguesas**
  - 2.6 Comunidades portuguesas residentes no estrangeiro**
  - 2.7 Internacionalização da economia portuguesa**
- 3. Os meios financeiros e humanos ao dispor da representação externa de Portugal**
  - 3.1 Caracterização geral**
  - 3.2 Despesa consolidada**
  - 3.3 Fontes de financiamento**
  - 3.4 Plano de Recuperação e Resiliência – Transição Digital do MNE**
  - 3.5 Unidades orgânicas**
  - 3.6 Evolução anual da despesa de funcionamento**
  - 3.7 Os meios humanos ao dispor da representação externa portuguesa**
  - 3.8 Tipologia e geografia da rede externa portuguesa**

## 1. Introdução

O presente documento tem como objetivo apoiar a discussão na Comissão de Orçamento e Finanças, em conjunto com a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas e a Comissão de Economia, Obras Públicas, Planeamento e Habitação da Assembleia da República, da Proposta de Orçamento do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE) para 2023.

Em primeiro lugar serão apresentadas as prioridades da representação externa de Portugal, no que respeita aos vários domínios de intervenção desta área governativa. Em linha com o apresentado no Programa de Governo, pretende-se dar continuidade e aprofundar os eixos e objetivos estratégicos da política europeia e externa: valorizar as funções de soberania, afirmando Portugal como um país aberto à Europa e ao mundo, apoiar os sistemas multilaterais nos quais estamos particularmente empenhados, cultivar as relações bilaterais que consideramos essenciais, valorizar a CPLP, reforçar a cooperação, acompanhar e apoiar a diáspora portuguesa, promover internacionalmente a língua e a cultura portuguesa e apoiar a internacionalização da economia portuguesa. E, como eixos transversais a todos os restantes, a superação dos efeitos da guerra na Ucrânia. A visão integrada de todos estes domínios é fundamental para a eficiência da política externa portuguesa. Para o efeito contribui o trabalho dos gabinetes políticos e das entidades sobre as quais o MNE exerce a direção, superintendência e tutela.

Na segunda parte, serão apresentados os meios financeiros ao dispor da representação externa de Portugal em 2023; estes meios provêm de várias fontes de financiamento e assumem diversas formas, que serão devidamente especificadas. Igualmente serão descritos os meios humanos ao dispor da representação externa de Portugal e a tipologia e geografia da rede externa.

## 2. As prioridades da representação externa de Portugal

### 2.1 Política europeia

No âmbito da política europeia, destacam-se as seguintes medidas:

#### Relações bilaterais

- Prosseguir as interações com os parceiros da União Europeia (UE). A título de exemplo, com Espanha deverão ser concretizadas as decisões da próxima Cimeira bilateral e deverá dar-se seguimento aos compromissos assentes no novo Tratado de Amizade e Cooperação; com a França e a Alemanha deverão também ser densificadas as relações, tendo em conta aspetos bilaterais e de convergência na agenda europeia, esperando-se a realização de vários encontros de alto nível;
- Dar seguimento aos contactos com os Estados candidatos à UE, nomeadamente com os Balcãs Ocidentais, após as visitas políticas realizadas à Albânia e Macedónia do Norte, em 2022, e também à Ucrânia, entre outros parceiros europeus relevantes;
- No contexto pós-Brexit e na sequência da assinatura, em junho de 2022, pelos Primeiros-Ministros de Portugal e do Reino Unido, de uma Declaração Conjunta sobre Cooperação Bilateral entre Portugal e o Reino Unido, deverão ter lugar várias iniciativas e ações para dar cumprimentos às várias áreas aí identificadas.

#### Política comercial

- Apoiar avanços nos processos para a modernização dos acordos comerciais com o Chile e o México, bem como do Acordo com a Nova Zelândia;
- Apoiar e contribuir para a estratégia da UE de assegurar a sua autonomia e redução de dependências, que deverá incidir em três vertentes: na expansão global dos acordos comerciais, desde logo com o MERCOSUL, Austrália e Índia, mas também com o Quénia ou ainda na conclusão do acordo de facilitação do investimento com Angola e na cooperação com os EUA, no quadro do Conselho de Comércio e Cooperação; no reforço dos instrumentos da UE, como a conclusão do Instrumento Anti-Coerção; e no apoio ao reforço de um sistema de comércio internacional multilateral assente em regras. Nesse âmbito, afigura-se como essencial a implementação dos resultados da 12ª Conferência Ministerial da OMC e a preparação da sua 13ª Conferência, a ocorrer até ao final de 2023.

#### Relações externas e outras dimensões da política europeia

- Contribuir para o apoio continuado e sustentado à Ucrânia, no contexto da agressão russa, nos domínios político, financeiro, humanitário e militar;
- Conceder atenção particular à Política de Vizinhança, numa conjuntura em que a guerra de agressão russa contra a Ucrânia concentra as atenções da UE a Leste, pugnando pelo aprofundamento das relações com os parceiros da Vizinhança Sul, concentrando

esforços, em especial, nas questões da segurança energética e alimentar, atendendo aos efeitos agudos provocados pelas alterações climáticas nesta região;

- Dar particular atenção ao relacionamento com os países mediterrânicos, do Sahel e da África Central, bem como da Parceria Oriental, designadamente considerando as consequências da guerra na Ucrânia;
- Apoiar o aprofundamento da relação da UE com a América Latina, devendo Portugal trabalhar com a futura Presidência espanhola do Conselho da UE para a realização da Cimeira entre a UE e a América Latina e Caraíbas, no segundo semestre de 2023;
- Desenvolver a agenda de parceria entre a UE e a União Africana, no seguimento da VI Cimeira UE-UA (Bruxelas, 17-18 de fevereiro de 2022), tendo em conta a Estratégia Conjunta UE-África, o Acordo de Parceria UE-OEACP e o Acordo de Comércio Livre Continental Africano;
- Contribuir para reforçar as capacidades de defesa de forma colaborativa na UE, nomeadamente no âmbito das iniciativas de defesa europeias da cooperação estruturada permanente, e do fundo europeu de defesa (e também o desenvolvimento da nossa indústria de defesa, incluindo as PME);
- Contribuir para o processo de desenvolvimento da Política Comum de Segurança e Defesa (PCSD), nas suas vertentes militar e civil, com enfoque na implementação da Bússola Estratégica (compromissos, objetivos e metas) e na participação nacional em missões e operações PCSD;
- Contribuir para a execução do Mecanismo Europeu de Apoio à Paz, garantindo a sua natureza global e a implementação das medidas de assistência à Ucrânia, a Moçambique e à União Africana, entre outras, bem como os custos comuns de missões e operações militares da PCSD, designadamente da Missão de Assistência Militar à Ucrânia da UE (EUMAM);
- Continuar o acompanhamento proativo do Global Gateway, desenvolvendo os projetos de interesse nacional, no âmbito desta iniciativa;
- Promover uma estratégia integrada de prevenção e combate ao terrorismo e ao extremismo violento nas suas múltiplas vertentes, bem como o combate às ameaças híbridas (incluindo a desinformação).

## 2.2 Multilateralismo

No âmbito do multilateralismo merecem destaque as seguintes medidas:

No quadro das Nações Unidas

- Promover o respeito por uma ordem internacional baseada em regras, nas várias organizações internacionais, sobretudo tendo em conta os desafios acrescidos que o multilateralismo enfrenta no seguimento da invasão russa da Ucrânia;
- Exercer o mandato no Conselho Económico e Social (2021-2023), no Conselho Executivo da UN HABITAT (2021-2023); conduzir os processos de candidatura ao Conselho de Segurança (2027-2028), à Comissão de Narcóticos e outros possíveis e relevantes;
- Apoiar o Secretário-Geral e o seu programa de ação, com particular ênfase nas questões dos direitos humanos, do contínuo da paz e segurança, da saúde global, das alterações climáticas, dos objetivos do desenvolvimento sustentável e dos oceanos;
- Promover o papel de Portugal na área das Migrações, nomeadamente face às nossas responsabilidades enquanto “país campeão” do Pacto Global das Migrações;
- Na sequência da Segunda Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, que teve lugar em Lisboa, apoiar o processo conducente à Terceira Conferência dos Oceanos das Nações Unidas;
- Participar nas negociações com vista à conclusão do instrumento legal internacional para a conservação e utilização sustentável da biodiversidade marinha em áreas além da jurisdição nacional (BBNJ), no quadro da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar;
- Participar nas negociações do acordo internacional sobre poluição por plásticos e lixo marinho, no quadro do processo intergovernamental definido pela 5ª Assembleia das Nações Unidas para o Ambiente;
- Promover e reforçar uma maior cooperação e coordenação em termos de saúde pública a nível internacional, nomeadamente através do esforço conjunto entre os Estados e as principais organizações internacionais, desde logo a OMS, visando melhorar a resposta internacional a pandemias;
- Apresentar a resolução sobre Políticas e Programas envolvendo a Juventude, na Terceira Comissão;
- Acompanhar as negociações de um possível instrumento jurídico vinculativo sobre “Empresas e Direitos Humanos”, no seio do Grupo de Trabalho Intergovernamental Aberto sobre as Empresas Transnacionais e Outras Empresas e Direitos Humanos (CDH);
- Participar em todas as agendas relevantes das Nações Unidas, designadamente as missões de paz, a ação climática e as questões ambientais, a Agenda 2030, a defesa da biodiversidade, as questões da água, a segurança alimentar e a luta contra a corrupção;
- Acompanhar a avaliação da proposta de extensão da plataforma continental de Portugal.

#### No quadro da CPLP

- Apoiar o trabalho da atual Presidência *pro tempore* de Angola e da próxima Presidência *pro tempore* de São Tomé e Príncipe;
- Apoiar o trabalho do atual Secretário Executivo, Zacarias da Costa (Timor-Leste) e do Secretariado Executivo da Organização;
- Participar nos programas e atividades da CPLP, nos seus objetivos gerais e na Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP;
- Apoiar a operacionalização efetiva do Acordo sobre Mobilidade entre os Estados-Membros da CPLP;
- Celebrar a 17 de julho do dia da Declaração Constitutiva da CPLP;
- Participar na implementação da Agenda Estratégica para o Reforço da Cooperação Económica da CPLP 2022-2027 e o respetivo Plano de Ação;
- Acompanhar do Fórum das Agências de Promoção do Comércio Externo e do Investimento da CPLP para o reforço da cooperação económico-empresarial da CPLP;
- Comemorar a 5 de maio, através do Camões, I.P. e das Missões diplomáticas e Postos Consulares, o Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP e da 4ª edição do Dia Mundial da Língua Portuguesa (DMLP), proclamado pela UNESCO;
- Reforçar a participação nos projetos e atividades do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (ILLP) e promover o robustecimento do papel do Instituto no desenho e na coordenação de projetos transversais de promoção da língua portuguesa, com o envolvimento dos Estados-Membros e de observadores associados;
- Prosseguir com a promoção do endosso da CPLP as candidaturas de Portugal a Organizações Internacionais;
- Dinamizar Declarações em nome da CPLP em reuniões de Organizações Internacionais e Agências Especializadas das Nações Unidas;
- Participar nas Missões de Observação Eleitoral da CPLP (MOE) às eleições que se vierem a realizar nos Estados-Membros da CPLP;
- Apoiar o reforço da cooperação com os Observadores Associados no contexto da crescente projeção internacional da CPLP e da dinâmica de aproximação de países e organizações à CPLP.

#### No quadro da NATO

- Contribuir para o cumprimento dos compromissos de reforço da postura de dissuasão e defesa da NATO, incluindo o “Compromisso de Gales”, tendo em vista a atualização do financiamento comum e partilhado da Aliança e a edificação de capacidades por parte de cada Aliado, assim como o desenvolvimento de capacidades conjuntas;
- Implementar as decisões da Cimeira de Madrid, incluindo à luz da aprovação ali do novo Conceito Estratégico da NATO, o qual reflete as alterações do contexto geopolítico desde 2010 que exigiram adaptação por parte da Aliança, – em particular em matéria da nova abordagem das relações da NATO com a Rússia, segurança cooperativa e reforço da cooperação com a UE e outros parceiros, gestão de crises, projeção de estabilidade, alargamento, ciberdefesa, EDTs, ameaças híbridas e, resiliência;

- Contribuir para o apoio militar continuado à Ucrânia face à agressão russa para que possa exercer o seu direito legítimo à autodefesa, incluindo através da implementação da revisão extraordinária do Pacote Abrangente de Assistência (CAP) à Ucrânia, acordada na Cimeira de Madrid, que estabelece a assistência da NATO através de projetos específicos incluindo de reforço das capacidades militares ucranianas, em especial a transição para o uso de material militar moderno “padrão NATO” e a recuperação das infraestruturas militares;
- Continuar a destacar o papel que o NATO Maritime GEOMETOC Centre of Excellence, sediado em Lisboa, pode desempenhar na ação externa nacional, e promover a adesão de Aliados ao mesmo;
- Acompanhar o funcionamento da Academia da Agência de Comunicação e Informação da NATO (NCI Academy) em Oeiras.

#### No quadro da OSCE

- Acompanhar e contribuir para o funcionamento institucional da Organização, incluindo ao nível das reuniões do Conselho Permanente (PC), das sessões do Fórum para a Cooperação em Segurança (FSC), e do Grupo de Trabalho Informal (GTI) do Diálogo Estruturado, sobre os desafios e riscos para a segurança na área OSCE;
- Contribuir para criar condições que permitam à OSCE desempenhar um papel relevante na resolução do conflito na Ucrânia, mitigando as consequências negativas do mesmo na segurança europeia;
- Participar no planeamento e execução das ações de verificação no âmbito da agenda anual de implementação das medidas de fortalecimento da segurança e da confiança consignadas no Documento de Viena, em coordenação com Ministério da Defesa Nacional e o Estado-Maior General das Forças Armadas.

#### No quadro de outras organizações multilaterais

- Participar na Cimeira Ibero-Americana, ministeriais e nas atividades e programas da Conferência Ibero-Americana, da SEGIB e da OEI;
- Valorizar a participação nas instâncias internacionais de cooperação económica, designadamente na OCDE;
- Incrementar a participação nos fóruns multilaterais e regionais de cooperação, desenvolvimento e segurança, tirando partido da capacidade nacional de interlocução com diferentes espaços regionais, designadamente na União para o Mediterrâneo, no Conselho da Europa e no seu Centro Norte-Sul, sediado em Lisboa;
- Promover a criação de uma Autoridade Nacional para a Defesa Biológica (ANDB), no enquadramento proporcionado pela Convenção sobre Armas Biológicas e de Toxinas (BTWC).

#### No quadro de coligações e outros grupos

- Valorizar a participação na Coligação Internacional contra o Daesh, no Grupo de Amigos do Golfo da Guiné, no Grupo 5+5 e na Coligação para o Sahel;

- Valorizar a presença na Aliança dos Multilateralistas, no Grupo dos Amigos na Defesa da Democracia e na Comissão Internacional contra a Pena de Morte.

### 2.3 Relações bilaterais

Para além das anteriormente assinaladas (no quadro da UE), releva ao nível global o empenhamento de Portugal no reforço e diversificação das suas relações bilaterais:

- Com cada um dos países de língua portuguesa, quer no plano político-diplomático, quer no plano económico e da cooperação, quer no plano social e cultural, devendo destacar-se a questão específica da participação portuguesa no apoio europeu e internacional a Moçambique, em razão dos problemas de segurança que afetam aquele país;
- Com os Estados Unidos da América, acrescentando novas dimensões à cooperação nas áreas da segurança e defesa, dos oceanos e da ciência e tecnologia, através designadamente da Parceria para a Bacia do Atlântico, do *Atlantic Center* e do *Air Center*, valorizando a infraestrutura e capacidade da Base das Lajes; bem como aprofundando a cooperação nas áreas da economia, energia, ambiente, ciência, tecnologia, ciber e digital, inovação e educação;
- Com a Ucrânia, tendo particularmente em conta os efeitos da guerra e as necessidades humanitárias que a mesma provocou, bem como a participação nacional nos esforços de reconstrução naquele país;
- Com os países da África Ocidental, Central, Oriental e Austral, considerando quer as relações históricas, quer os interesses comuns, quer a presença, em muitos deles, de importantes comunidades portuguesas;
- Com os países do Magrebe, considerando questões de vizinhança, mobilidade, segurança, economia e energia, prestando também a necessária atenção às regiões do Sahel, do Médio Oriente e Golfo;
- Com os países do Mercosul e da Aliança do Pacífico, tendo em conta o relacionamento económico e comercial, além das dimensões políticas e culturais;
- Com a China, a Índia, o Japão, a República da Coreia, a Austrália, a Nova Zelândia e outros países asiáticos com os quais existe interesse no aprofundamento dos laços políticos, económicos e culturais, incluindo a importante relação com Timor-Leste e também com os países da ASEAN.

## 2.4 Cooperação

No âmbito da política de Parcerias Internacionais / Cooperação para o Desenvolvimento, e num contexto de reforço dos meios financeiros à disposição da Cooperação Portuguesa, destacam-se as seguintes medidas:

- Coordenar a execução da Estratégia da Cooperação Portuguesa 2030 (ECP 2030), através da elaboração do respetivo Plano Operacional, do reforço do dispositivo institucional existente e da criação dos mecanismos previstos;
- Assegurar a participação ativa de Portugal e influenciar os debates internacionais sobre cooperação para o desenvolvimento em particular na ONU, UE, OCDE, CIB, CPLP e Instituições Financeiras Internacionais e de Desenvolvimento, designadamente em matéria de eficácia do desenvolvimento, países menos avançados, países em situação de fragilidade, pequenos Estados insulares em desenvolvimento, ambiente e alterações climáticas, financiamento do desenvolvimento;
- Aprofundar a parceria privilegiada com os PALOP e Timor-Leste, estruturada nos programas estratégicos de cooperação (PEC) e concretizada nos programas, projetos e ações de cariz bilateral, dando primazia a setores onde Portugal evidencia mais valias e em alinhamento com as prioridades dos países parceiros;
- Elaborar e assinar o novo PEC com Timor-Leste, com período de vigência 2024-2028;
- Assegurar a Presidência anual (rotativa) do Grupo de Apoio ao Orçamento de Estado Cabo Verde;
- Reforçar a implementação e o acompanhamento de programas, projetos e ações nas vertentes da cooperação bilateral, privilegiando intervenções estruturantes nas áreas da Educação e da Saúde;
- Prosseguir a abordagem do triplo nexo (ajuda humanitária, segurança e desenvolvimento), com especial atenção à província de Cabo Delgado, no âmbito do combate ao terrorismo em Moçambique refletido no trabalho de ONGD portuguesas no terreno, apoio na formação militar (EUTM) e projetos que melhoram as condições de vida da população (v.g. projeto de cooperação delegada +Emprego);
- Participar ativamente na implementação dos instrumentos para a ação externa da UE, como o Instrumento de Vizinhança, Desenvolvimento e Cooperação Internacional-Europa Global, nas Iniciativas Equipa Europa e na Global Gateway em países ou regiões prioritárias;
- Promover e/ou gerir projetos com financiamento da ação externa da UE, em geografias estratégicas para Portugal (PALOP e Timor-Leste, outros países em África e na América Latina), participando igualmente no desenvolvimento de Iniciativas Equipa Europa em países ou regiões prioritárias;
- Continuar a diversificar parcerias com outros atores do desenvolvimento, utilizando instrumentos e modalidades de cooperação variados, incluindo através da cooperação triangular com agências de cooperação de outros países, de forma a potenciar o financiamento e aumentar a presença de Portugal quer em países prioritários, quer em novas geografias, e estabelecer sinergias com esses atores;

- Aprofundar o apoio a projetos de organizações não governamentais para o desenvolvimento (ONGD), no âmbito das linhas de financiamento para projetos de cooperação para o desenvolvimento, ajuda humanitária e educação para o desenvolvimento incluindo a criação de uma nova linha para projetos de ONGD na área da igualdade de género e empoderamento das mulheres;
- Promover o desenvolvimento do setor privado nos países parceiros prioritários através da melhoria do acesso a mecanismos de financiamento e assistência técnica, designadamente através da dinamização de instrumentos financeiros da Cooperação Portuguesa, do acompanhamento da execução do acordo de garantias prestadas por Portugal ao Banco Africano de Desenvolvimento no âmbito do Compacto Lusófono e do aprofundamento das parcerias com as Instituições Financeiras Internacionais e de Desenvolvimento;
- Apostar no robustecimento multidimensional da SOFID enquanto instrumento fundamental de financiamento do desenvolvimento dos países parceiros da Cooperação Portuguesa e de apoio ao investimento do setor privado português naqueles países;
- Prosseguir com a implementação do Plano de Ação da Estratégia Nacional da Educação para o Desenvolvimento e lançar a discussão com vista à renovação do período de vigência de uma nova Estratégia em Educação para o Desenvolvimento;
- Continuar a aposta na atribuição de bolsas a estudantes dos PALOP e de Timor Leste para estudos em instituições de ensino superior público em Portugal e no contexto da cooperação no domínio da defesa e da cooperação técnico-policial, prosseguindo igualmente a dinâmica de alargamento dos programas de bolsas de estudo para incluir novos países parceiros.

## 2.5 Internacionalização da língua, da cultura e da ciência portuguesas

Em 2023, pretendem-se desenvolver as seguintes medidas principais:

- Consolidar a rede do ensino básico e secundário nos 17 países em que está implantada, através, designadamente, do desenvolvimento do ensino bilingue no Reino Unido e horários adicionais em França; alargamento da Rede de Ensino do Português no Estrangeiro para 324 professores;
- Promover a integração curricular da língua portuguesa no ensino básico e secundário em diferentes países, com assinatura de Memorandos de Entendimento com Navarra e Comunidade de Madrid;
- Consolidar o reforço estratégico da língua portuguesa no ensino superior no estrangeiro (apoando os estudos de/em língua portuguesa) e da investigação em estudos portugueses, conferindo particular atenção à necessidade de reforçar metodologias de ensino com recurso a conteúdos, plataformas e suportes digitais;
- Consolidar, em colaboração com instituições de ensino superior, dos sistemas de certificação de professores de Português Língua Estrangeira (PLE);
- Consolidar o sistema de certificação da proficiência em língua portuguesa, com a aplicação do exame Camões Júnior (nos seguintes países: Alemanha, Espanha, México, Namíbia, Roménia e Reino Unido), e das provas de comunicação médica (com a Ordem dos Médicos e Ordem dos Médicos Dentistas), assim como da creditação das competências em língua portuguesa, para efeito de prosseguimento de estudos (exame NEWL de português, Abitur, MATRIC);
- Desenvolver o projeto “Prática da língua”, em fase de finalização da assessoria jurídica para a elaboração do caderno de encargos para o concurso internacional de aquisição de bens e serviços. Este programa permitirá, no contexto da digitalização do EPE, o reforço técnico e tecnológico de Centros Culturais e Centros de Língua Portuguesa do CICL reforçando a sua capacidade de atuarem como espaços de apoio à promoção da língua portuguesa;
- Prosseguir com a LATE – Linha de Apoio à Tradução e Edição, bem como outros conteúdos digitais de apoio à internacionalização de obras e de autores de língua portuguesa;
- Assinalar, em parceria com outras entidades e instituições relevantes, os Centenários de Nascimento de Eugénio de Andrade, de Eduardo Lourenço e de Agustina Bessa Luís (continuação);
- Realizar o Plano de Ação Cultural Externa para 2023, apostando no intercâmbio/reciprocidade das atividades desenvolvidas e privilegiando a aproximação e o diálogo com comunidades locais;
- Fomentar uma diplomacia cultural de projetos e circuitos que promovam a digressão dos eventos culturais nacionais;
- Promover a diplomacia cultural multilateral, participando em eventos internacionais que abordem a dimensão cultural de temáticas da agenda internacional nas áreas da sustentabilidade, dos oceanos e das alterações climáticas;

- Comemorar o V Centenário do Estabelecimento de Relações Diplomáticas entre Portugal e a Etiópia e os 480 anos da chegada dos primeiros portugueses ao Japão, bem como de outras efemérides relevantes no âmbito do relacionamento bilateral;
- Dar início à organização das comemorações do 50.º Aniversário do 25 de abril de 1974, na vertente externa, dando especial atenção à disseminação dos valores democráticos;
- Concretizar a participação de Portugal na Feira Internacional do Livro de Guadalajara 2023, no contexto da UE como convidado de honra, bem como na Feira do Livro de Francoforte, na Feira do Livro Infantil e Juvenil de Bolonha, na Feira do Livro de Leipzig e na Feira do Livro de Madrid.

## 2.5 Comunidades portuguesas residentes no estrangeiro

Em 2023, pretende-se desenvolver as seguintes medidas principais:

- Prosseguir com a implementação do novo modelo de gestão consular (NMGC), no quadro do PRR, incluindo a disponibilização do acesso a atos consulares através da internet por via do desenvolvimento da aplicação “Consulado Virtual”;
- Alargar o Centro de Atendimento Consular a novos países;
- Prosseguir a preparação de um futuro Centro de Gestão de Crises;
- Concluir o processo de reclassificação dos vice-consulados, nos termos do novo Regulamento Consular, reforçando de forma progressiva e evolutiva a rede externa portuguesa, robustecendo os postos consulares já existentes, reforçando-a onde seja necessária maior proximidade às comunidades portuguesas e a persecução dos objetivos de política externa de Portugal;
- Iniciar um projeto-piloto para envio do cartão de cidadão diretamente da INCM para a morada dos cidadãos nacionais residentes no estrangeiro, através de uma só operadora, onde tal seja possível;
- Continuar o acompanhamento próximo da comunidade portuguesa residente na Venezuela;
- Consolidar e promover a extensão dos mecanismos de apoio social a emigrantes carenciados (ASIC e ASEC) e proceder à atualização dos valores das prestações sociais do ASIC, nos termos do respetivo regulamento;
- Prosseguir com a implementação do Programa Nacional de Apoio ao Investimento da Diáspora (PNAID);
- Lançar a marca “Investimento da Diáspora”, mapeamento de boas práticas de investimento da diáspora e preparação de Roteiros de visita a Investimentos da diáspora em território nacional;
- Lançar sistema alternativo de financiamento dedicado ao investimento da Diáspora;
- Lançar programa de atração e incubação de Start-Ups da Diáspora, em parceria com a rede nacional de incubadoras;
- Introdução de discriminação positiva nos sistemas de incentivos à agricultura e ao turismo, em articulação com as áreas governativas respetivas;
- Promover a articulação com redes externas e, em particular, com as câmaras de comércio e indústria no estrangeiro e lançamento de plano de capacitação em matérias económicas e empresariais;
- Identificar custos de contexto na exportação/internacionalização das pequenas empresas;
- Continuar a realização de *webinars* e sessões de esclarecimento/informação online sobre temáticas importantes para a promoção do investimento da diáspora;
- Articular com os Governos Regionais da Madeira e dos Açores em matérias relacionadas com o investimento da diáspora;
- Apoiar a atividade da Rede de Apoio ao Investidor da Diáspora (RAID) e dos Gabinetes de Apoio ao Emigrante (GAE) e realizar o seu Encontro Anual; Concluir a rede dos GAE em todo o território continental;

- Realizar os ENCONTROS PNAID e equacionar os Encontros intercalares em parceria com os Governos Regionais;
- Reforçar a divulgação do Programa “Estudar e Investigar em Portugal”, em particular do contingente especial para emigrantes, familiares que com eles residam e lusodescendentes;
- Apoiar e acompanhar o desenvolvimento e fortalecimento da rede de associações de pós-graduados no estrangeiro;
- Estabelecer novos protocolos de cooperação com municípios estrangeiros, tendo em vista a valorização das respetivas comunidades portuguesas;
- Consolidar os regimes de apoio ao associativismo, tendo especialmente em atenção o seu papel social e cultural;
- Dialogar com o Conselho das Comunidades Portuguesas (CCP) e apoiar as suas atividades, nomeadamente prestando o apoio necessário nas reuniões das diferentes instâncias do Conselho das Comunidades;
- Preparar as eleições para o CCP, previstas para 2023;
- Prosseguir o incentivo à participação eleitoral dos cidadãos residentes no estrangeiro;
- Consolidar os regimes de apoio ao associativismo, tendo especialmente em atenção o seu papel social, cultural e económico;
- Realizar a quarta edição do “Prémio Imprensa Nacional/Ferreira de Castro” e prosseguir a linha editorial “Comunidades Portuguesas”;
- Implementar as redes de espaços museológicos da diáspora, em articulação com as autarquias, no âmbito do PRR;
- Acompanhar a operacionalização da plataforma “Portugal Muito Maior” e o seu desenvolvimento para divulgação da cultura portuguesa.

## 2.7 Internacionalização da economia portuguesa

O Orçamento do Estado de 2023 contribuirá para o desenvolvimento dos principais objetivos estratégicos definidos pelo Estado português para a internacionalização da economia nacional:

- Potenciar o aumento das exportações e do investimento português no estrangeiro, assim como pelo crescimento do investimento direto em Portugal, reforçando o peso relativo dos números da internacionalização no PIB. É importante ampliar o leque de mercados de exportação e promover o aumento do número de empresas exportadoras de bens e serviços, em particular as PME e start-ups, e continuar ativamente o trabalho de promoção, angariação e captação de novos investimentos estruturantes para a economia nacional;
- Assegurar que as empresas apoiadas no seu processo de internacionalização sustentem o seu modelo de negócio num pilar de responsabilidade social, de modo a que os impactos das suas decisões e atividades na sociedade e no ambiente reflitam comportamentos éticos e transparentes;
- Focar em setores e mercados estratégicos para a economia portuguesa e, entre estes, a empresas que não disponham ainda de presença internacional robusta, desta forma tornando mais eficiente a alocação dos recursos existentes e procurando otimizar o retorno para a economia portuguesa;
- Identificar e sistematizar os custos de contexto onde Portugal deverá atuar de modo a tomar medidas que mitiguem as barreiras à entrada do investimento, e simultaneamente promovam a competitividade das empresas portuguesas que procuram internacionalizar-se;
- Intensificar a colaboração com os atores preferenciais no processo de internacionalização, onde se incluem as Associações Empresariais, as Câmaras de Comércio, o Conselho da Diáspora, os Municípios, as Associações do setor Educativo e o Sistema Financeiro, desta forma construindo soluções que fortaleçam o processo de internacionalização;
- Ampliar a base de apoio financeiro à internacionalização, quer seja mediante o recurso a fundos europeus anteriormente inexplorados, quer seja através da criação de medidas e/ou incentivos que facilitem a captação de fundos privados para o financiamento do processo de internacionalização da economia portuguesa;
- Promover a qualificação dos recursos humanos orientados para atividades internacionais em mercados externos, bem como o desenvolvimento de cadeias de valor em Portugal, em particular em PME, dando um impulso relevante à criação de programas de capacitação empresarial;
- Reforçar a qualificação e promoção dos territórios potencialmente recetores de investimento e desenvolver as competências dos agentes territoriais, contribuindo para uma maior eficiência no processo de captação de investimento.

Neste contexto, 2023 será um ano de análise e ponderação sobre a potenciação dos recursos da AICEP, procurando identificar as áreas que requerem intervenção e eventuais

melhorias, de modo a reforçar a área de internacionalização com um instrumento que responda às necessidades das empresas, no âmbito das prioridades definidas pela tutela. Para tal definem-se as seguintes principais prioridades:

- A consolidação da matriz de mercados e sectores alvo da internacionalização portuguesa (alinhadas com as políticas sectoriais definidas pelo Ministério da Economia e do Mar: Agricultura, Ambiente, Economia Azul, sem esquecer as novas plataformas de internacionalização, nomeadamente através do e-commerce);
- O desenvolvimento de programas de apoio às PME, que promovam a cooperação entre empresas, fileiras/clusters, associações, Universidades e Centros Tecnológicos, entre outros;
- A consolidação de um programa de promoção da marca Portugal e das marcas portuguesas no exterior, do programa de ações de promoção externa e da participação na exposição mundial Expo 2025 Osaka Kansai, reforçando a divulgação da economia portuguesa, de modo integrado e alinhado com o programa de ação cultural externa e de promoção do turismo;
- O aprofundamento do Programa de Angariação de Investimento, dirigido a empresas alvo, seleccionadas em determinados sectores de acordo com os objetivos definidos.

### 3. Meios ao dispor da representação externa de Portugal

#### 3.1 Caracterização geral

Para concretizar as prioridades constantes no ponto anterior, o programa de representação externa tem ao dispor os seguintes meios financeiros:

- O orçamento inicial da despesa total consolidada ascende a 496,2 milhões de euros (M€) (Quadro 1). Este valor corresponde a um acréscimo de 1,2% face à estimativa de despesa prevista para o ano de 2022, sendo de relevar os montantes inscritos em investimentos (+35,8%), bem como aumento de ativos financeiros por parte da AICEP, associado a projetos no âmbito de incentivos às empresas;
- O Orçamento de 2023 prevê 400 M€ de garantias de Estado para o Compacto Lusófono e 15 M€ para a SOFID. As linhas de crédito, em particular a da Convenção Portugal-Angola, estão cobertas pela garantia geral do artigo 248º;
- A terceira parcela de capitalização do Fundo de Fundos para a Internacionalização será de 20 M€;
- As dotações de receitas provenientes de impostos para o Camões, I.P. sobem de 51,5 M€ para 52,7M€ (+2,3%) e, poderá, este instituto mobilizar cerca de 40 M€ de saldos para financiamento de projetos de cooperação delegada, referidos no ponto 2.4;
- O Camões I.P. disporá, ainda, em 2023, e nos termos previstos no artigo 166.º da proposta de Lei do OE2023, de 20M€ de receita do IRC para financiamento de programas, projetos e ações de Cooperação, o que representará uma duplicação dos recursos nacionais disponíveis para esta área.

### 3.2 Despesa consolidada

Por natureza de despesa:

O quadro seguinte apresenta a distribuição do orçamento proposto para 2023 por natureza de despesa e respetiva comparação com a estimativa de execução de 2022:

Quadro 1 – Despesa consolidada do MNE por natureza da despesa

(milhões de euros)

	2022	2023	Variação %	Estrutura 2023 %
	Estimativa	Orçamento		
<b>DESPESA</b>				
<b>DESPESA CORRENTE</b>	<b>442,0</b>	<b>436,1</b>	<b>-1,3%</b>	<b>87,9%</b>
01-Encargos com pessoal	206,1	218,7	6,1%	44,1%
02-Aquisição de bens e serviços	74,1	88,4	19,3%	17,8%
03-Juros	0,0	0,0	0,0%	0,0%
04-Transferências correntes	137,7	96,7	-29,8%	19,5%
05-Subsídios				0,0%
06-Outras Despesas Correntes	24,1	32,4	34,4%	6,5%
<b>DESPESA DE CAPITAL</b>	<b>13,5</b>	<b>20,1</b>	<b>48,9%</b>	<b>4,1%</b>
Investimento	12,5	17,0	36,0%	3,4%
Transferências capital		0,0	0,0%	0,0%
Outras Despesas de capital	1,0	3,1	88,8%	0,6%
Diferenças de consolidação	0,0	0,0		
<b>DESPESA EFETIVA CONSOLIDADA</b>	<b>455,5</b>	<b>456,2</b>	<b>0,2%</b>	
Ativos financeiros	35,0	40,0	14,3%	8,1%
<b>DESPESA TOTAL CONSOLIDADA (1)</b>	<b>490,5</b>	<b>496,2</b>	<b>1,2%</b>	
<b>RECEITA TOTAL CONSOLIDADA (2)</b>	<b>747,7</b>	<b>496,2</b>	<b>-33,6%</b>	
<b>SALDO ORÇAMENTAL: (2)-(1)</b>	<b>257,2</b>	<b>0,0</b>		

Os encargos com pessoal representam, como habitualmente, o maior peso relativo no total da despesa consolidada (44,1%). Correspondem ao número de efetivos constantes do mapa de pessoal de 2022 (incluindo as vagas por preencher) e dotações para fazer face a atualizações salariais decorrentes de normativo legal.

A aquisição de bens e serviços apresenta um acréscimo de 19,3%, face à estimativa de despesa de 2022, resultando da necessidade de fazer face à inflação, bem como à inscrição do conjunto de despesas para prosseguir a execução de projetos, no âmbito do PRR associados à Transformação digital do MNE, nomeadamente na área de comunicações, segurança e *Data Center*.

A rubrica “transferências correntes” compreende, para além dos subsídios ao associativismo das comunidades portuguesas, a componente de transferências do Camões, I.P. para entidades terceiras; como, por exemplo, as ONGD e as universidades estrangeiras com protocolos de docência em língua e cultura portuguesas. São ainda consideradas as transferências para organizações internacionais a título de quotas e contribuições voluntárias. A política de antecipação sistemática de pagamentos seguida nos anos mais recentes – por exemplo, em 2021 foram antecipadas quotas devidas em 2022 no valor de 39,8 M€ – permite uma estimativa de 45,0 M€ para os pagamentos a efetuar em 2023.

Releva neste agrupamento de despesa a alteração da orçamentação das dotações destinadas às unidades periféricas externas do Camões, I.P., que, em cumprimento de recomendação do Tribunal de Contas, passaram a estar maioritariamente inscritas no agrupamento “outras despesas correntes”. Esta alteração justifica parte da redução registada neste agrupamento de despesa, num total de 7M€, correspondendo a cerca de 3,5M€.

### 3.3 Fontes de financiamento

O quadro 2 reflete a estrutura de financiamento de atividades e projetos do MNE, comparando o orçamento inicial de 2022 com o inicial de 2023.

Quadro 2 – Estrutura de financiamento do orçamento do MNE

	2022	2023
	Orçamento	Orçamento
<b>Despesa por Fonte de Financiamento consolidada</b>	<b>524,4</b>	<b>496,2</b>
Receitas de Impostos	303,0	309,3
Receitas Próprias	69,2	75,4
Fundos Europeus	85,6	59,5
Transferências entre entidades	66,6	52,0
<b>Diferenças de consolidação</b>	<b>0,0</b>	<b>0,0</b>

Em 2023, as receitas de impostos totalizam o valor de 309,3 M€, aumentando 6,3 M€, face ao ano anterior, assegurando a parcela mais substancial da receita (cerca de 62,3% da receita total).

Regista-se igualmente um aumento no valor orçamentado para as receitas próprias, que passa de 69,2 M€ em 2022 para 75,4 M€ em 2023, o que se traduz num aumento de 6,2 M€.

Nesta componente, merece especial destaque o aumento de ativos financeiros da AICEP (5M€) e a criação do Fundo para a Língua (0,15M€).

A alteração de estrutura de financiamento, bem como a redução de fundos europeus, ficam a dever-se principalmente à variação dos investimentos do PRR em 2023 (- 15,7M€ este ano).

Por último, o valor das transferências entre entidades passou de 66,6 M€, em 2022, para 52 M€, em 2023 (redução de 14,6 MEUR), decorrente do valor orçamentado ter sido ajustado às atividades e projetos com impacto financeiro em 2023: comparativamente a 2022, cessaram alguns projetos nomeadamente a Conferência dos Oceanos das Nações Unidas, Temporada Cruzada Portugal França ou as celebrações do Bicentenário da Independência do Brasil, bem como foi ajustado o valor das transferências para a AICEP.

### 3.4 Plano de Recuperação e Resiliência – Transição Digital do MNE

Os projetos contratualizados pelo MNE inserem-se na Componente de Transição Digital, na subcomponente C19.i01.02 – Reformulação de Atendimento dos Serviços Públicos e Consulares, totalizando cerca de 74 milhões de euros a serem executados ao longo do período 2021-2026.

Em 2023 deverão prosseguir os esforços no sentido da concretização dos investimentos contemplados no âmbito do PRR, prevendo-se que atinja cerca de 19,5 milhões de euros.

Os investimentos contemplam iniciativas com vista à melhoria e renovação da Infraestrutura Tecnológica do MNE, avanços no novo modelo de gestão consular, a promoção

de soluções de cibersegurança e cifra, a prossecução de projetos relacionados com a Evolução, Implementação e Interoperabilidade, iniciativas relacionadas com a Formação e Capacitação de Recursos Humanos. Há ainda a destacar os projetos do Centro de Informação Europeia Jacques Delors, designadamente os relacionados com a Renovação do Sistema de Informação e a Introdução do Cartão de Cidadão na Biblioteca Jacques Delors. No âmbito de todos estes projetos, os marcos e metas respetivos encontram-se dentro do esperado e não se perspetivam obstáculos à sua concretização.

As prioridades serão colocadas na criação da aplicação “Consulado Virtual” e os restantes projetos serão priorizados em função das contingências que forem ocorrendo ao longo do período de referência.

Entre as entidades tuteladas pelo MNE, importa destacar o PRR destinado ao Camões, I.P. que passa pela aposta em sistemas de informação robustos e integrados no quadro da gestão de projetos de cooperação, da gestão de inventário ou da gestão documental, na digitalização do Ensino de Português no Estrangeiro, através do acesso a equipamento para utilização em contextos digitais, a disponibilização de conteúdos por via digital nas várias áreas de intervenção do Instituto e a criação de rede integrada de bibliotecas Camões, I.P.

No que respeita à execução do PRR da AICEP, está previsto investimento em projetos relacionados com ferramentas de *business intelligence*, instrumentos de acompanhamento de mercados e custos de contexto, desenvolvimento de portais, ferramentas de apoio ao investidor e ferramentas de diagnóstico de apoio ao comércio externo e com a Infraestrutura *Cloud*.

Por fim, importa ainda referir o plano de execução do PRR da SOFID, designadamente no desenvolvimento de sistemas de informação internos, digitalização do arquivo e do site da instituição.

Em termos gerais, os projetos de investimento de PRR tem estado a prosseguir em linha com o previsto e, em 2023. Entre os principais riscos na execução encontram-se a escassez de recursos humanos de cariz tecnológico, a escassez de componentes tecnológicos a que se juntam os prazos de entrega muito dilatados, e o facto de a inflação desvalorizar o valor real do investimento contratado. Pese embora estes fatores, não se perspetivam razões objetivas que obstaculizem o cumprimento dos marcos e metas definidos para o ano.

### 3.5 Unidades orgânicas

O quadro 3 compara o orçamento inicial de 2023 face ao orçamento inicial de 2022, de acordo com a estrutura orgânica do MNE.

Programas e Medidas	(M€)		Estrutura 2023 (%)
	2022 Orçamento	2023 Orçamento	
<b>Despesa Efetiva Não Consolidada</b>	<b>576,3</b>	<b>547,3</b>	
002 - Serv. Gerais AP - Negócios Estrangeiros	404,8	416,5	70,9%
003 - Serv. Gerais AP - Cooperação Económica Externa	75,1	62,6	10,7%
065 - Outras Funções Económicas - Div. Não Especificadas	60,1	47,2	9,5%
084 - Simplex +	0,4	0,5	0,1%
095 - Contigência Covid 2019 - Prevenção, Contenção, Mitigação e Tratamento	0,0	0,0	0,0%
096 - Contigência Covid 2019 - Garantir normalidade	0,6	0,2	0,0%
102 - Plano de Recuperação e Resiliência	35,2	19,5	3,3%
103 - Impacto do choque geopolítico		0,8	0,1%
<b>Despesa Total Não consolidada</b>	<b>611,3</b>	<b>587,3</b>	
Diferença de Consolidação	0,0	0,0	
<b>Despesa Total Consolidada</b>	<b>524,4</b>	<b>496,2</b>	
<b>Ativos Financeiros</b>	<b>35,0</b>	<b>40,0</b>	
<b>Despesa Efetiva Consolidada</b>	<b>489,4</b>	<b>456,2</b>	

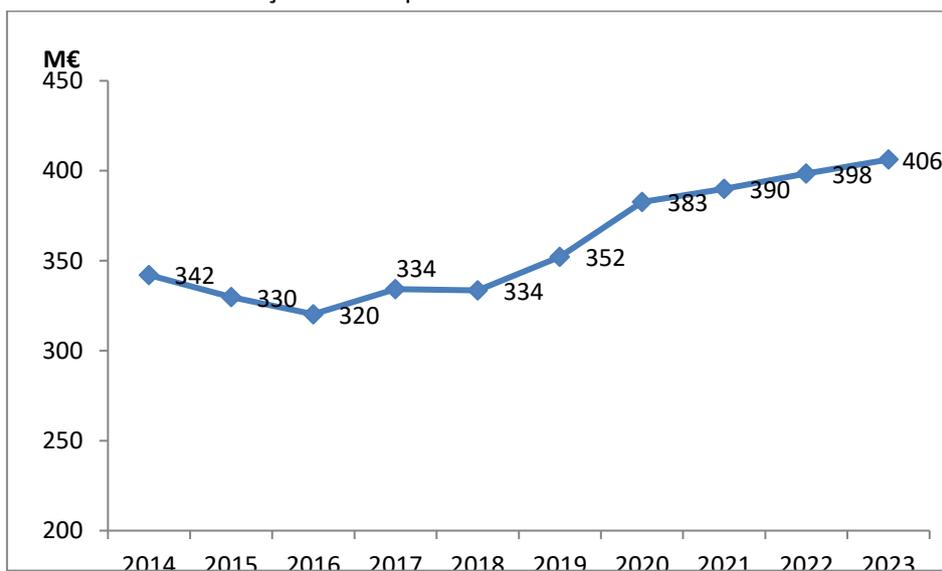
Importa relevar o seguinte:

- a) Manutenção do princípio de ajustamento do valor inscrito em contribuições e quotas para organizações internacionais àquele efetivamente devido nesse ano, o que resulta das antecipações praticadas desde 2017. Note-se que, em 2021, foram antecipados pagamentos devidos em 2022 no valor de 39,8M€;
- d) Aumento da despesa prevista no orçamento do FRI de 6,7% em resultado da recuperação acentuada na retoma da atividade consular e correspondente receita;
- e) Redução do impacto da despesa com plano de contingência COVID 19, face à previsível diminuição do nº de casos resultantes da pandemia decretada entre os anos de 2020 e 2022;
- g) A medida 103, refere-se ao impacto do choque geopolítico, resultante da crise com a guerra da Ucrânia, e como tal não se encontrava inscrita no OE 2022.

### 3.6 Evolução anual da despesa de funcionamento

O gráfico 1 apresenta a evolução da despesa de funcionamento do MNE, com exceção da AICEP. Os valores apontados para 2022 correspondem à previsão da DGO sobre a execução de despesa e para 2023 correspondem ao orçamento inicial.

Gráfico 1 – Evolução das despesas de funcionamento do MNE



### 3.7 Os meios humanos ao dispor da representação externa de Portugal

Os recursos humanos constituem uma variável-chave da diplomacia e da política externa.

À data de 31 de dezembro, e conforme o quadro 4, prevê-se um total de 3280 efetivos para 2022 e 3529 efetivos para 2023 (+ 249 efetivos).

Quadro 4 – Comparação entre os efetivos no final de 2022 e os efetivos previstos para o final de 2023

	2021 (31-dez)	2022 Execução (31-dez)	2023 Estimativa (31-dez)	Unid: Efetivos
				Variação 2022/2023
Diplomatas	489	495	523	28
Pessoal Especializado	75	79	80	1
Pessoal Técnico	495	588	565	-23
Assistente Técnico	178	241	291	50
Assistente Operacional	49	54	59	5
Pessoal Local (Serviços Externos)	1 273	1 272	1 494	222
Rede EPE (Leitores e professores)	389	394	397	3
PPUE	30	0	0	0
<b>Subtotal Efetivos MNE</b>	<b>2 978</b>	<b>3 123</b>	<b>3 409</b>	
Agentes Cooperação	117	157	120	
<b>Total</b>	<b>3 095</b>	<b>3 280</b>	<b>3 529</b>	

Obs.: Não inclui os efetivos da AICEP e o pessoal dos centros culturais (contratados); Nos totais por agrupamento profissional foi considerado o pessoal dos Gabinetes

São de relevar os seguintes factos, a título de exemplo:

- a) Reforço do corpo de diplomatas ao serviço do Estado português, com abertura de concursos para adidos (a única porta de entrada na carreira). Para 2023 está prevista a abertura de recrutamento para 28 vagas, permitindo desta forma o preenchimento do quadro de 55 adidos;
- b) Encontra-se em fase de conclusão o processo de recrutamento de 9 lugares de chanceler para os SPE;
- c) Desenvolvimento dos serviços externalizados de apoio ao *front office*, através de centros de atendimento;
- d) Adicionalmente, o Centro de Atendimento Consular, que envolve cerca de colaboradores, encontra-se já a prestar apoio aos serviços localizados em Espanha e Reino Unido, a Bélgica, a Irlanda e o Luxemburgo, Itália Países-Baixos e França. Para 2023 está previsto o alargamento à Suíça.

A distribuição de efetivos previsível a 31 de dezembro de 2023, pelos diferentes organismos do MNE, de acordo com o quadro 5 é a seguinte:

Quadro 5 – Estimativa de efetivos no final de 2022 e 2023 por organismos do MNE

Unid: Efetivos

	<b>31/12/2022</b>	<b>31/12/2023</b>
	<b>Real</b>	<b>Estimativa</b>
<b>Gabinetes</b>	<b>79</b>	<b>79</b>
<b>MNE - Serviços internos</b>	<b>1 203</b>	<b>1 235</b>
Secretaria Geral	939	866
DGPE	98	129
IGDC	8	16
DGAE	100	133
DGACCP	58	91
PPUE	0	0
<b>MNE - Serviços Externos</b>	<b>1 272</b>	<b>1 494</b>
<b>MNE - Serviços e fundos autónomos</b>	<b>726</b>	<b>721</b>
Camões	726	721
<b>Total Efetivos MNE</b>	<b>3 280</b>	<b>3 529</b>

### 3.8 Tipologia e Geografia da Rede Externa Portuguesa

A representação externa do Estado conta com a rede diplomática e consular constituída por Embaixadas, Consulados Gerais, Consulados e Vice-consulados, Missões e Representações Permanentes. O número de postos diplomáticos e consulares em 2022 é de 134, dos quais 58,2% constituem a rede de Embaixadas, 35,8% a rede consular e 6% correspondem a Missões e Representações junto de organizações internacionais.

A evolução da rede diplomática de acordo com a tipologia de postos é a que consta do mapa seguinte.

Quadro 6 – Representação do MNE no estrangeiro



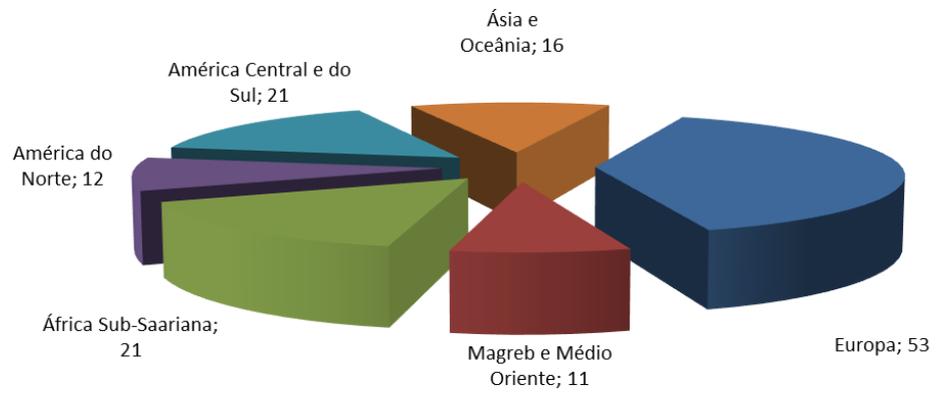
A distribuição geográfica dos serviços da rede externa de acordo com o quadro 7 e gráfico 2 mostra que a Europa concentra 40% dos mesmos, sendo ainda de relevar que 7 das 8 Missões e Representações Permanentes se encontram igualmente neste continente.

Quadro 7 – Distribuição geográfica da rede diplomática e consular

	2018	2019	2020	2021	2022
Embaixadas <sup>1</sup>	77	77	77	78	78
Consulados-Gerais	38	38	38	38	38
Consulados	2	2	2	2	2
Vice-Consulados	8	8	8	8	8
Missões e Representações	8	8	8	8	8
<b>Total dos Serviços Externos</b>	<b>133</b>	<b>133</b>	<b>133</b>	<b>134</b>	<b>134</b>
Escritórios de Representação	6	6	6	6	6
<b>Total dos Serviços Externos c/Escritórios Consulares</b>	<b>139</b>	<b>139</b>	<b>139</b>	<b>140</b>	<b>140</b>

<sup>1</sup> Inclui Escritório Representação em Ramallah

Gráfico 2 – Distribuição geográfica da rede diplomática e consular





**ORÇAMENTO  
DO ESTADO**

© MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS  
Largo do Rílas  
1399-030 LISBOA